

## O CASO DE BAURU

# Decisão ilegal e reacionária choca-se com os interesses da categoria e do ensino público

No dia 31 de março de 2006, cerca de 53 pessoas participaram de uma assembléia convocada pela diretoria da Subseção de Bauru da Adunesp. Embora não estivesse na pauta, o centro do debate foi a proposta daquela diretoria de desvincular da Adunesp a Subseção de Bauru, o que acabou sendo aprovado por 29 votos contra 22.

Questionada sobre as consequências políticas, jurídicas, organizativas e administrativas daquela atitude, a diretoria afirmou não haver qualquer pro-

blema, pois a decisão seria referente apenas ao não repasse de 50% dos valores da mensalidade dos sócios à AD Central.

Passados seis meses da assembléia, a realidade mostra que a situação é muito mais complicada e preocupante do que afirmou a diretoria de Bauru. O primeiro e mais importante aspecto a ser analisado é o político. O caminho escolhido por aquela diretoria – empossada em 1º/11/2005 – expressa uma opção política conservadora e reacionária, que procura privilegiar o assistencialismo e o lazer, em detrimento dos interesses mais amplos dos docentes: salários, condições de trabalho, situação da universidade pública etc. É óbvio que lazer, convênios e outros podem fazer parte da ação sindical, mas sempre de forma secundária, sem prejuízo do papel primordial de um sindicato: organizar seus associados e garantir a infra-estrutura física e política para suas lutas.

primeira coisa a se destacar é a ilegalidade da decisão. “A diretoria não tem essa prerrogativa, pois o repasse de 50% à Central é decisão soberana de congresso da categoria. Trata-se uma atitude autoritária”, diz. Ele também esclarece que a diretoria anterior, da qual fazia parte, em várias oportunidades solicitou à Plenária do Sindicato a possibilidade de negociação das dívidas, sempre com aprovação.

O professor Gilberto lembra que a diretoria que conduziu a subseção em 1999/2001 – o mesmo grupo que a dirige atualmente – deixou uma dívida, na época, com a AD Central, de R\$ 47.472,00, correspondente a não repasses institucionais ao Sindicato, afirmando que o fez devido à necessidade de “reestruturação da sede social”.

### Em defesa do Sindicato da categoria

A direção da Adunesp sente-se no direito e no dever de defender os interesses do conjunto dos docentes da Unesp. Antes mesmo da realização da assembléia que aprovou a “não subordinação à Adunesp Central”, o Sindicato convocou uma plenária para Bauru, no início de dezembro/2005, com o objetivo de debater os problemas que a diretoria local vinha apresentando. A plenária contou com a participação de docentes de vários campi, mas nenhum representante da diretoria de Bauru esteve presente.

A Adunesp é fruto de muita luta da categoria ao longo das três últimas décadas e muitos obstáculos foram enfrentados para surgir uma entidade combativa e representativa de seus interesses.

A conduta da diretoria de Bauru tenta jogar no isolamento os docentes do campus e enfraquecer o movimento docente de conjunto, política que soma forças com os inimigos da universidade pública. O primeiro sinal disso pôde ser visto na data-base deste ano: não foi convocada uma única assembléia no campus para discutir o movimento e a participação dos professores de Bauru na luta por reajuste salarial e por mais recursos para as universidades. “Para beneficiar alguns, em torno do lazer, a atual diretoria de Bauru comprometeu a categoria em sua totalidade”, alerta o professor Osvaldo Gradella Jr., ex-diretor da entidade. “Se o 0,75% de reajuste e o não aumento do percentual de repasse do ICMS às universidades não são um desastre e anunciam tempos difíceis para a Unesp, o que será? Talvez, a bola de futebol furada ou o buraco no gramado...”

## Ação na justiça

Diante dos fatos ocorridos em Bauru, a Adunesp ingressou com duas ações na justiça. A assessoria jurídica da entidade entende que a decisão tomada pela assembléia de Bauru, do dia 31/3/2006, de “não subordinação” à Central, retira daquela Subseção a qualidade de representante sindical. No caso das mensalidades sindicais, a “não subordinação” à Central significa, portanto, a impossibilidade de a Subseção de Bauru ser a legítima depositária dos valores pagos pelos associados. Pelo estatuto da Adunesp, as subseções regionais já são autônomas, não havendo sentido em uma decisão como a tomada no dia 31/3, de “não subordinação”.

Assim, avaliam os advogados da Adunesp, “a única interpretação plausível à decisão tomada é de desvinculação de Bauru da Adunesp. Neste caso, deixaria de ser sindicato e de ter legitimidade de representante da categoria nessa qualidade, bem como não poderia mais permanecer utilizando o nome Adunesp.”

Os advogados da Adunesp ressaltam, contudo, que o trâmite adotado para essa desvinculação foi irregular e ilegal, motivo pelo qual a decisão tomada pela assembléia está sendo questionada.

Neste contexto, o Andes – Sindicato Nacional e a Adunesp ingressaram com ação na justiça, questionando a legalidade da decisão de desvinculação e solicitando que as contribuições sindicais sejam depositadas em juízo. O pedido de tutela antecipada foi concedido pela 4ª Vara do Trabalho de Bauru (processo 668/06), a fim de que não haja apropriação indevida das contribuições por quem não for o legítimo representante sindical. Recentemente, os advogados solicitaram em juízo a comprovação da consignação dos depósitos, tal como decidido judicialmente, o que ainda não ocorreu.

Também tramita na justiça (4ª Vara do Trabalho, processo nº 1124-2006) uma segunda ação judicial, que visa a cobrança do repasse das mensalidades sindicais e rateios de Bauru à Adunesp no período de novembro/2005 (posse da atual diretoria) até a realização da assembléia de “desvinculação”.

No dia 17/10/2006, está marcada uma audiência em Bauru, relacionada à segunda ação, para tentativa de conciliação e, também, apresentação da defesa da diretoria local.

A notificação enviada pela 4ª Vara do Trabalho de Bauru, convocando audiência para 17/10

### A história se repete... como farsa

A justificativa da diretoria de Bauru para a “desvinculação” e conseqüente suspensão do envio dos 50% das mensalidades à AD Central foi a necessidade de “reestruturação da sede social”. Em documento distribuído no campus, consta que “não estava sendo possível tal repasse, acarretando num déficit crescente” junto à AD Central.

Para o professor Gilberto Magalhães Bento Gonçalves, ex-diretor da Subseção de Bauru, a

